



3911 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT05 - Estado e Política Educacional

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA ÓTICA DE GESTORES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA
Andréia Ferreira da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Arlane Markely dos Santos Freire - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Renally Vital da Costa - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

O texto apresenta resultados de pesquisa que investiga as iniciativas de avaliação externa e *deaccountability* adotados nas redes municipais de ensino do estado da Paraíba. Tem por objetivo geral discutir os desdobramentos de tais políticas na organização das redes de ensino e das escolas, no trabalho docente, no currículo e na qualidade da educação. Expõe um recorte da pesquisa, e analisa a visão de gestores de secretarias municipais de ensino do estado da Paraíba, participantes da pesquisa, acerca dos fatores que influenciam na construção de uma educação de qualidade. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão da bibliografia sobre a temática em exame e da aplicação de questionários *on-line* às secretarias municipais de educação paraibanas. A pesquisa contou com o apoio da UNDIME/PB. O questionário foi disponibilizado na Plataforma *Google Forms*. Dos 223 municípios paraibanos, 127 responderam ao questionário, totalizando 60%.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NA ÓTICA DE GESTORES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA

1. Introdução

O texto apresenta resultados de pesquisa que investiga as iniciativas de avaliação externa e *deaccountability* adotados nas redes municipais de ensino do estado da Paraíba. Tem por objetivo geral discutir os desdobramentos de tais políticas na organização das redes de ensino e das escolas, no trabalho docente, no currículo e na qualidade da educação. O presente texto, expõe um recorte da pesquisa, e analisa a visão de gestores de secretarias municipais de ensino do estado da Paraíba, participantes da pesquisa, acerca dos fatores que influenciam na construção de uma educação de qualidade. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão da bibliografia sobre a temática em exame e da aplicação de questionários *on-line* às secretarias municipais de educação paraibanas^[1]. A pesquisa contou com o apoio da UNDIME/PB. O questionário foi disponibilizado na Plataforma *Google Forms*. Dos 223 municípios paraibanos, 127 responderam ao questionário, totalizando 60%.

O artigo discute, inicialmente, a emergência e o fortalecimento das políticas de avaliação externa e *deaccountability* na educação básica brasileira e a concepção de qualidade inerente a estas iniciativas. Em seguida, apresenta uma caracterização geral do estado da Paraíba e dos municípios estudados considerando a existência de sistema próprio de ensino e de conselho municipal de educação, oferta do ensino fundamental e o cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional. Por fim, analisa como os gestores das redes pesquisadas compreendem os fatores que mais, ou menos, interferem na oferta de uma educação de qualidade no município.

2. Desenvolvimento

Desde os anos finais do século XX, as reformas do Estado vêm reconfigurando suas atribuições e atuação no campo econômico e no campo social. Pautada na ideologia neoliberal, tais reformas defendem a atuação estatal mínima no setor econômico e nas políticas sociais, propondo a implantação de um Estado avaliador e regulador. No Brasil, no contexto educacional, as iniciativas de avaliação externa passaram a ser utilizadas, pelos governos nacional e subnacionais, como mecanismos privilegiados para a aferição e a promoção da qualidade da educação (SOUSA, 2014).

Segundo Freitas (2012), nas três últimas décadas, os conceitos de qualidade das empresas começaram a ser trazidos para o campo educacional e se adota uma lógica de competição. Trata-se de trazer para dentro da escola a lógica de mercado, que está diretamente ligada a uma cobrança cada vez maior por resultados positivos em testes padronizados, que, muitas vezes, são utilizados como referência para a concessão de prêmios ou punições às escolas. Esta lógica se estrutura em torno de três grandes categorias: responsabilização, meritocracia e privatização. O que está na base da proposta política liberal é a igualdade de oportunidades e não de resultados (FREITAS, 2012).

Sousa (2014) afirma que a concepção de qualidade presente nas políticas de avaliação em larga escala em curso no país é reduzida ao desempenho dos alunos em testes. Nesta situação, o instrumento avaliativo passa a constituir-se em um elemento de controle do trabalho escolar e de fortalecimento da meritocracia, noção que historicamente, está subjacente ao trabalho escolar (SOUSA, 2014). Ao analisar a temática, Enguita (1994, p. 95) concluiu que o conceito de qualidade está se transformado em “meta compartilhada”, em “palavra de ordem mobilizadora, em um grito de guerra em torno do qual se devem juntar todos os esforços”.

No que diz respeito às concepções de qualidade presentes no campo educacional, Gusmão (2013), identificou duas compreensões. A primeira que considera qualidade da educação como o desempenho dos estudantes nas provas de larga escala e a sua melhoria como a elevação dos resultados. A segunda que considera como constitutiva de uma educação de qualidade a garantia de condições adequadas

para a oferta do ensino, bem como a garantia de uma formação ampla dos estudantes, abrangendo não só os conteúdos curriculares, como também a cidadania e capacidades éticas. As políticas educacionais em curso no país têm privilegiado a primeira concepção, desconsiderando os condicionantes econômico-sociais, culturais e internos à própria escola.

O estado da Paraíba é formado por 223 municípios. Tem uma área de 56.468,435 km², ocupando 0,66% do território nacional. A população estimada pelo IBGE, para o ano de 2017, era de 4.025.558 habitantes, deste total, 75,4% vivendo na zona urbana e 24,6% na zona rural (IBGE, 2017). 76,23% dos municípios encontram-se em área de desertificação, concentrando, aproximadamente mais de 2 milhões de habitantes nestes municípios.

O Estado da Paraíba, e seus municípios, enfrentam grandes desafios sociais e educacional. O Estado tem um IDH (2010) de 0,555, ficando, em todo o país, apenas à frente dos estados do Maranhão (0,547), do Pará (0,528) e de Alagoas (0,520) (PNUD, 2010). A taxa de analfabetismo para população com idade acima de 15 anos é a quarta maior do país, 16,3% (IBEGE, 2016). A Paraíba apresenta índices melhores apenas em relação ao Maranhão (16,7%), Piauí (17,2%) e Alagoas (19,4%).

Considerando os indicadores apontados, a discussão acerca da qualidade do ensino nos municípios paraibanos é fundamental, sobretudo, considerando que a compreensão que os gestores das secretarias de educação têm acerca desta temática pode interferir significativamente na definição das prioridades da educação municipal. A seguir são apresentadas: uma breve caracterização da educação nos municípios pesquisados; e os fatores que interferem na construção de uma educação de qualidade na ótica das secretarias de educação.

Dos 127 municípios que participaram do estudo, 56,7% afirmaram possuir um sistema próprio de ensino. 72% informaram que a oferta do ensino fundamental está sob a responsabilidade do município. 95,3% apontaram que possuem Conselho Municipal de Educação (CME) e que este órgão está em funcionamento. 96,1% dos respondentes afirmaram cumprir a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional dos Profissionais do Magistério. Porém, somente 53% assinalaram cumprir o pagamento das horas atividades, que corresponde à destinação de 1/3 da carga horária para atividades sem o contato com os alunos. 88,4% afirmaram que pagam o valor do Piso de acordo com o valor estabelecido anualmente pelo Governo Federal.

No que tange aos fatores que influenciam na qualidade da educação do município, as respostas foram agrupadas conforme o nível de interferência: nenhuma e pouca, por um lado, e moderada e muita interferência, por outro. Foram consideradas as respostas dos gestores das redes pesquisadas ao questionário *on-line*.

Em relação aos fatores extraescolares, 90% dos gestores informaram que as condições socioeconômicas dos alunos exercem influência moderada ou muita interferência na qualidade da educação. Em oposição, 10% apontaram ser este um fator com pouca ou nenhuma interferência, desconsiderando os condicionantes sociais na qualidade da educação. 90% dos gestores consideraram que o envolvimento dos pais ou responsáveis no processo de aprendizagem do aluno é muito importante para a qualidade da educação. Apenas 10% consideraram pouco relevante esta dimensão.

No que se refere às dimensões intraescolares, 74,37% dos respondentes classificaram as condições físicas e estruturais da escola com interferência moderada e forte na qualidade da educação. Nesta dimensão, 25,63% consideraram que exerce pouca influência. Em relação à disponibilidade de materiais didáticos e pedagógicos na escola 69,4% apontaram que consiste em um fator determinante da qualidade, enquanto 30,60% o indicaram com pouca ou nenhuma influência. Neste quesito, as escolas municipais do estado e da região Nordeste enfrentam sérios desafios, conforme analisado por Silva e Souza (2013).

Na dimensão formação dos profissionais da escola, 79,3% afirmaram que a formação de professores tem muita ou moderada interferência na qualidade do ensino ofertado. 20,7% relativizaram esta dimensão, indicando que exercem pouca ou nenhuma influência. Em relação à formação dos diretores de escolas, 76% marcaram sua importância, enquanto 24% a consideraram como exercendo pouca ou nenhuma determinação.

Em relação às iniciativas de avaliação externa da educação municipal, 79,3% apontaram as que os exames realizados pelo Governo Federal - Prova Brasil e ANA – exercem muita e moderada influência na qualidade da educação. Quase a mesma importância é conferida à aplicação de provas pelas secretarias municipais de educação, que alcançou 75% de indicação como alta ou moderada influência na qualidade da educação.

O estabelecimento de premiação ou bônus para os profissionais da educação foi considerado como um fator com menor importância na melhoria da qualidade da educação nos municípios, considerando os percentuais apresentados anteriormente. 53,7% dos respondentes apontaram com muita ou moderada interferência e 46,3% consideraram a concessão de prêmio ou bônus com nenhuma ou pouca influência na melhoria da qualidade da educação. Em relação aos docentes, esta porcentagem é ainda um pouco menor. 52% dos gestores informaram que a concessão de bonificação exerce moderada e muita interferência. 48% apontaram com pouca ou nenhuma interferência.

3. Considerações finais

Os dados apontam a institucionalização da educação municipal, pela existência de CME. Revelam, também, desafios, como os que dizem respeito à municipalização do ensino fundamental, considerando-se as condições em que este processo ocorreu, e à implantação de mecanismos de valorização dos docentes e da garantia de condições para o exercício da profissão, tendo em vista o não cumprimento do Piso Salarial em sua integralidade por vários municípios.

Os dados apresentados apontam que a maioria dos gestores que participaram da pesquisa valorizam os condicionais externos à escola como determinantes da qualidade da educação, mas, ao mesmo tempo, reconhecem a importância dos fatores intraescolares, como infraestrutura, disponibilidade de materiais didáticos e formação de professores e gestores. A importância dos instrumentos de avaliação externa foi apontada por quase 80% dos respondentes, revelando a centralidade que tais iniciativas vêm assumindo nas secretarias municipais de educação. Mesmo considerando a hegemonia destas medidas na agenda educacional brasileira, aproximadamente, 20% dos gestores indicaram a sua reduzida influência na qualidade da educação. Os dados apontam, ainda, para a existência de uma visão não muito favorável à vinculação da concessão de premiação aos diretores de escolas e aos professores pelos resultados obtidos pelas escolas à melhoria da qualidade da educação. Quase 50% dos respondentes não apontaram esta relação.

A análise das dimensões apontadas acima será contextualizada e ampliada no texto completo, considerando-se os limites de um resumo expandido.

Uma das grandes críticas feitas à adoção da lógica de mercado no setor educacional, sob influência dos reformadores educacionais, consiste na não consideração das variáveis socioeconômicas e das condições de oferta do ensino nos resultados das avaliações. O

presente artigo, visa contribuir com o debate de tais políticas, buscando ampliar o alcance das discussões sobre a qualidade da educação para além dos resultados em testes.

4. Referências

ENGUITA, M. F. O discurso da qualidade e qualidade do discurso. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 93-110.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.** [online]. 2012, vol.33, n.119, pp.379-404. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

GUSMÃO, J. B. Significados da noção de qualidade da educação na arena educacional brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 100-124, jan./abr. 2013.

SILVA, A. F.; SOUZA, A. L. L. Condições do trabalho escolar: desafios para os sistemas municipais de ensino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo. v. 43, n. 150, p. 772-787, set./dez. 2013

SOUSA, S. Z. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014.

[1] Os questionários foram respondidos pelo(a) Secretário(a) de Educação ou vice ou adjunto(s) (70% das respostas) ou funcionário(a) da Secretaria de Educação (30%).